

Quarta-feira, 23 de maio de 1990

O GLOBO

# Rio tem duas mil escolas 'fantasmas'

BEBEL NEPOMUCENO

Pelo menos duas mil das cerca de três mil escolas particulares que funcionam no Município do Rio são "fantasmas", segundo estimativa da Secretaria municipal de Educação, que considera regulamentados apenas 1.037 estabelecimentos privados de ensino de Primeiro Grau. Isso significa que os documentos emitidos por essas escolas — como diplomas e históricos escolares — não têm valor oficial.

Na maioria das vezes, a situação irregular das escolas só é descoberta pelos pais dos alunos ao término do curso ou em caso de transferência para outra escola, quando, em geral, os documentos emitidos pelo estabelecimento clandestino são recusados. Foi o que aconteceu com Glória Teixeira, que em 1989 matriculara sua filha Etienne, de 9 anos, na segunda série do Jardim Escola Carroussel do Saber e, no início deste ano, ao transferi-la de colégio, descobriu que a escola era "fantasma".

Etienne não perdeu o ano escolar, porque uma norma do Conselho Estadual de Educação (CEE) prevê a aplicação de uma prova para testar os conhecimentos do aluno e sua consequente admissão na série compatível com seu desempenho. Seu passado escolar referente a 1989, entretanto, permanecerá em branco.

— Embora minha filha não tenha

sido prejudicada, considero essa situação absurda. Paguei durante um ano a uma escola que não existe. E a ficha da minha filha fica em branco, como se ela não tivesse estudado — protestou Glória, que pensa em acionar judicialmente a escola.

A fiscalização dos estabelecimentos particulares de ensino cabe ao Departamento de Ensino Particular da Secretaria municipal de Educação, que, segundo a assistente Elciete Sasaki, não tem poder para punir diretamente os colégios irregulares. Para funcionar, as escolas necessitam de uma autorização da Secretaria estadual de Educação, com validade de dois anos. Cento e oitenta dias antes do término desse prazo, elas devem pedir a regulamentação, o que implica o cumprimento de uma série de exigências feitas pela Secretaria municipal de Educação referentes às condições do prédio e aos aspectos pedagógico e administrativo. A maioria das escolas funciona apenas com a autorização.

Quando são constatadas irregularidades, a Secretaria notifica a escola e dá um prazo para que ela regularize a situação. Caso isso não seja feito, a Secretaria de Fazenda pode cassar o alvará do colégio. O processo, no entanto, é demorado. A autorização da Carroussel do Saber, expedida em 1986, permite o funcionamento apenas de turmas do C.A. Mas mesmo com a autorização expirada em 1988, a escola instituiu o curso de primeira a quarta séries.



Apesar da reforma, a Escola Celestino da Silva está em péssimo estado

Foto de Alexandre França

## ► Conselho tomba 28 colégios públicos

Por considerá-las exemplares na arquitetura e modelos educacionais de diferentes épocas da expansão urbana da Cidade, o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio decidiu tombar 28 escolas públicas — uma da rede estadual e as demais do Município —, a maioria em precário estado de conservação. O Presidente do Conselho, Adir Ben Kauss, garantiu que o órgão vai exigir que sejam feitas obras para a preservação dos imóveis, através de processos administrativos ou, em último caso, da Justiça.

Nos próximos dias, o Prefeito Marcello Alencar sancionará o ato de tombamento provisório dos imóveis, que se tornarão bens históricos sob a tutela do Conselho. A partir de então, o órgão terá competência para cobrar a realização das reformas. Qualquer obra, porém, terá que passar por seu crivo.

A Escola Estadual Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado, é a única da rede do Estado tombada pelo Conselho. A escola tem 126 anos e sua recuperação, iniciada em 1989, foi interrompida em janeiro por falta de verbas. De acordo com a Coordenadora de Estágio da Amaro Cavalcanti, Yeda Costa Saraiva da Cruz, as obras recomençarão em junho.

Das 27 escolas municipais tombadas, apenas seis passaram por reformas emergenciais em 1989. A Escola Municipal Alberto Barth, no Flamengo, inaugurada em 1907, ainda tem sérios problemas no telhado, o que provoca inundação nas salas de aula quando chove muito. As outras cinco escolas que passaram por pequenas reformas são a Júlio de Castilho, na Gávea; Getúlio Vargas, em Bangu; Estados Unidos, no Catumbi; Celestino da Silva, no Centro, e a Gonçalves Dias, em São Cristóvão.

Não passaram por reformas as escolas: Campos Sales, na Praça da República, Bárbara Otoni, no Maracanã; Floriano Peixoto, em São Cristóvão; Luiz Delfino e Manoel Cícero, na Gávea; Mário da Veiga e Prudente de Moraes, na Tijuca; Meireles Vieira, no Alto da Boa Vista; Pereira Passos, no Rio Comprido; República da Colômbia e Rivadávia Corrêa, no Centro; Santos Dumond, em Marechal Hermes; Tiradentes, no Centro; Minas Gerais, na Urca; Nilo Peçanha, em São Cristóvão; Pedro Bruno, em Paquetá; Sarmiento, no Engenho Novo; Uruguai, em Benfica; Bahia, em Bonsucesso; República da Argentina, em Vila Isabel, e Grécia, em Brás de Pina.

# 154 Discussão salarial para aulas

As 3.898 escolas da rede municipal do Rio tiveram suas atividades paralisadas ontem durante duas horas. Em todos os turnos, depois do recreio, os alunos foram dispensados para que os professores discutissem suas reivindicações salariais. No próximo dia 31, os professores das redes municipal e estadual de ensino realizarão, às 11h, um ato-show na Cinelândia com a presença de políticos, artistas e intelectuais. No mesmo dia, às 15h, haverá assembleia na Uerj, para decidir se os professores entrarão em greve.

Segundo o Vice-Presidente do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Alcebí-

des Teixeira Filho, as principais reivindicações são a equiparação do piso salarial do magistério, que é de Cr\$ 13.300, com o salário-mínimo calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que hoje seria de Cr\$ 26.400; um plano unificado de carreira para professores e pessoal de apoio; e a alteração no plano de carreira, fixando em 15 por cento a diferença — atualmente de seis por cento — entre os níveis salariais.

No Colégio Estadual Riyadávia Correa, no Centro, a discussão ontem envolveu não só os salários, mas também a situação da escola, cheia de infiltrações e cupins.